

PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA

Jornalista e diretor-geral da revista Viver Brasil

A hora agora é de pensar

Desde domingo, o brasileiro pode debater abertamente o caminho eleitoral, pois as campanhas eleitorais para presidente, governadores, deputados e senadores já estão nas ruas. No dia 28 próximo, elas ganham espaços nas emissoras de tv e rádio. Na verdade, a campanha presidencial já vem acontecendo há um bom tempo.

Não se tem dúvida da polarização entre Lula e a família Bolsonaro, com o filho Flávio tentando encarnar o pai Jair. Os dois candidatos fazem questão de manter esta polarização, caracterizada como uma luta entre esquerda — que está no poder — e

direita — que quer o poder, evitando assim o surgimento de outras candidaturas com potencial. Mas, em português claro, há muito que não existe esquerda e direita no Brasil, mas sim grupos que querem mandar. E esta eleição não é diferente.

Hoje, esquerda ou direita são rótulos de grupos que querem estar no poder, com um centrão historicamente oportunista, que busca candidatura favorita para se aliar, com a certeza de que, sempre, estará próximo do poder, pois sempre haverá a oportunidade de aderir mais à frente. Mas é bom lembrar que a eleição envolve também a escolha de deputados e senadores. Nós — digo nós porque este é um problema da enorme maioria dos brasileiros — nunca nos preocupamos com as escolhas para o Parlamento. Votamos em gente famosa, em gente conhecida não

por seus compromissos com a sociedade e por suas convicções políticas e, pior, em muitas situações nem nos lembramos em quem votamos.

Pesquisa DataFolha recente mostra que 75% dos brasileiros não sabem citar o nome de um senador e 68% não mencionam nenhum deputado federal. Pior, 67% dos eleitores dizem não lembrar em quem votaram para deputado federal em 2022, enquanto 66% esqueceram suas escolhas para senador e deputado estadual. Isto mostra o distanciamento do eleitor do Legislativo que, esquecem eles, é quem faz as leis — ou segura a aprovação de leis — que afetam diretamente a sua vida.

O Legislativo, lembrem-se, é quem aprova as leis que o Executivo e o Judiciário são obrigados a cumprir. Pense nisso.

JANGUIÊ DINIZ

Diretor-presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior

Uma nova avaliação para um ensino superior mais forte

Poucas políticas públicas tiveram impacto tão profundo na educação superior quanto a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Instituída em 2004, a estrutura consolidou uma cultura de avaliação que passou a orientar processos regulatórios, estimular melhorias acadêmicas e oferecer maior transparência à sociedade sobre a qualidade das instituições e dos cursos.

Passadas mais de duas décadas, entretanto, o contexto já não é o mesmo. A educação superior tornou-se mais diversa, as demandas do mercado de trabalho evoluíram e a sociedade passou a exigir evidências mais consistentes sobre a formação dos estudantes e os resultados produzidos pelas instituições. Era natural, portanto, que chegasse o momento de revisar estruturalmente a política nacional de avaliação.

É exatamente esse movimento que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vem conduzindo, com a participação de instituições públicas e privadas, por meio de grupos de trabalho. Mais do que atualizar formulários ou revisar indicadores isolados, trata-se da mais ampla reformulação do Sinaes desde sua criação.

O processo incluiu uma nova arquitetura para a avaliação in loco; a definição de dimensões transversais e específicas para cada grande área do conhecimento; consulta pública sobre os instrumentos de avaliação; realização de testes-piloto; elaboração de guias orientadores; e a construção de uma nova escala de conceitos. Trata-se de um percurso técnico e participativo que confere legitimidade e segurança à

implementação do novo modelo.

Segundo o Inep, os testes permitiram aperfeiçoar os instrumentos e confirmar que a nova metodologia amplia a capacidade de diferenciar os cursos avaliados, fortalece a análise da experiência formativa oferecida aos estudantes, valoriza dimensões qualitativas contemporâneas e estimula uma atuação mais formativa das comissões de avaliação.

Além disso, pela primeira vez, a avaliação irá considerar as especificidades das diferentes áreas do conhecimento. Em vez de um único modelo, foram desenvolvidos instrumentos próprios para as dez grandes áreas da Classificação Internacional Normalizada da Educação (Cine Brasil), além dos exames específicos implementados nos últimos anos para os graduandos das licenciaturas e dos cursos de Medicina.

Outra inovação relevante consiste na reorganização do ciclo avaliativo. A proposta apresentada pelo Inep integra de maneira mais articulada a autoavaliação institucional, o Enade e as avaliações in loco. Dessa forma, o sistema passa a funcionar como um ciclo contínuo de produção de evidências sobre a qualidade da educação superior, permitindo um acompanhamento mais frequente e consistente da evolução dos cursos e das instituições.

Entre as mudanças na dinâmica das visitas in loco, estão o fim do formulário eletrônico preenchido previamente pelas instituições, a realização de análise documental prévia, a avaliação amostral de polos de educação a distância e a possibilidade de a instituição solicitar reconsideração de aspectos do relatório antes mesmo da fase recursal. São alterações que reduzem burocracias desnecessárias, aumentam a previsibilidade do processo e tornam a avaliação mais focada naquilo que realmente importa.

Talvez a mudança mais significativa esteja justamente naquilo que o novo modelo pretende avaliar. Durante muitos anos, os instrumentos concentraram

grande parte de sua atenção na verificação da existência de documentos, normas e estruturas. Esses elementos continuam sendo importantes, mas deixam de ser suficientes. A nova lógica busca produzir evidências sobre aquilo que efetivamente acontece na formação dos estudantes.

Agora, o objetivo é identificar o que cada instituição realiza de forma diferenciada, produzindo informações capazes de apoiar decisões acadêmicas e políticas públicas. Ao substituir uma lógica excessivamente padronizada por avaliações mais aderentes às características de cada área, o novo modelo permite que boas práticas de ensino, inovação, responsabilidade social, integração com o setor produtivo, empregabilidade e impacto regional passem a produzir evidências concretas da qualidade institucional.

Nessa linha, não há dúvida de que os estudantes também serão beneficiados. Avaliações mais precisas oferecem melhores referências para a escolha dos cursos, fortalecem os processos de melhoria contínua e incentivam uma formação mais conectada às competências exigidas pela sociedade e pelo mundo do trabalho.

A previsão do Inep é de que a nova política nacional de avaliação da educação superior comece a ser aplicada ainda neste ano. Naturalmente, nenhuma reforma dessa dimensão se esgota com a sua publicação. Seu sucesso dependerá da qualidade da implementação, do diálogo permanente entre o órgão e as instituições de ensino e da capacidade permanente de aperfeiçoamento do sistema.

Os sinais, contudo, são promissores. Ao construir um modelo mais técnico e mais aderente à realidade da educação superior, o país dá um passo importante para que a avaliação deixe de ser vista apenas como instrumento regulatório e passe a cumprir plenamente sua vocação: induzir qualidade, orientar melhorias e fortalecer o papel transformador da educação superior para o desenvolvimento do Brasil.

STÉFANO RIBEIRO FERRI

Advogado. Relator da 6ª Turma do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SP e membro da Comissão de Direito Civil da OAB Campinas

A pátria endividada

O endividamento está corroendo a renda das famílias brasileiras. Não por acaso, o país atingiu dois marcos preocupantes: por um lado, mais de 83 milhões de pessoas estão negativadas, segundo o Mapa da Inadimplência do Serasa; por outro, o Banco Central informou que a inadimplência média nas operações de crédito subiu para 4,7%, o maior patamar da série histórica iniciada em 2011. Os números chamam ainda mais atenção porque foram divulgados na esteira de sucessivos programas de renegociação de dívidas, como o Desenrola. Em matéria de endividamento, o Brasil tornou-se especialista em apagar incêndios, mas continua distribuindo fósforos.

O problema não é a renegociação de dívidas. Para milhões de brasileiros, ela representa alívio imediato, um respiro diante de uma situação financeira já insustentável. O equívoco está em tratá-la como solução para um fenômeno extremamente complexo. Quando uma política pública foca apenas no sintoma, ignorando as causas estruturais, limita-se a enxugar gelo. Os dados

evidenciam que, apesar das sucessivas iniciativas de renegociação lançadas desde 2023, a curva do endividamento continua em patamares alarmantes.

A expansão desenfreada do acesso ao crédito, muitas vezes desacompanhada de uma análise responsável da capacidade financeira do consumidor, somada à escassez de políticas efetivas de educação financeira, é terreno fértil para o endividamento recorrente. Em vez de representar um instrumento para a realização de projetos ou para o enfrentamento de situações excepcionais, o crédito passa a funcionar como complemento de renda, prolongando um ciclo vicioso.

A banalização desse cenário é sua face mais destrutiva. Antecipar salários, parcelar despesas corriqueiras, recorrer ao crédito para pagar contas básicas ou contratar um empréstimo para quitar outro são decisões que passaram a fazer parte da rotina de milhões de brasileiros. A exceção virou regra. Trata-se de um problema que transcende a esfera individual e se revela como uma falha estrutural da nossa sociedade.

Há uma perigosa inversão de valores na forma como o governo conduz o debate. A propaganda ofi-

cial alardeia linhas de crédito subsidiadas e pacotes de bondades como sinônimos de desenvolvimento social. Contudo, tais medidas apenas refletem o grau de dependência financeira da população. Um país em que milhões de pessoas vivem à espera de subsídios claramente perdeu a capacidade de viver com a própria renda.

Portanto, em vez de anunciar aos sete ventos o número de contratos renegociados ou o volume de crédito concedido por meio de programas governamentais, como sói acontecer em tempos de eleição, faria bem o Poder Público ao concentrar seus esforços na prevenção do endividamento, ainda que, para isso, tenha que adotar medidas impopulares. O verdadeiro sucesso não está na quantidade de dívidas renegociadas, mas na redução efetiva do número de brasileiros que chegam à condição de inadimplentes.

O combate às chamadas é necessário. O grande desafio, no entanto, está na prevenção do incêndio. Uma sociedade madura mede o sucesso de suas políticas públicas menos pela eficiência com que enfrenta as crises e mais pela capacidade de evitá-las.